

# Para salvar a educação

Entre as muitas distorções que a “Constituição dos Miseráveis” introduz na vida dos brasileiros, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, destacou, muito oportunamente, em recente entrevista, a instituição generalizada da “educação gratuita”.

Embora a Constituição o assegure para todos, indistintamente, na prática esse serviço tem sido sonegado a quem realmente precisa dele, uma vez que os investimentos oficiais no setor educacional estão concentrados no ensino superior estatal, que também é gratuito. Graças às pressões corporativas dos docentes e funcionários das universidades públicas, na época da elaboração da Carta em vigor, elas hoje monopolizam mais de 85% dos recursos oficiais no campo da educação, ficando o ensino estatal de 1º e 2º graus praticamente relegados ao sucateamento.

As famílias que dispõem de um mínimo de condições financeiras esforçam-se por matricular seus filhos nas escolas particulares — as únicas do País realmente capazes de oferecer uma formação de boa qualidade. E quando são submetidos aos vestibulares das universidades do Estado, entre as quais estão algumas das melhores do País, os alunos oriundos das escolas públicas invariavelmente acabam sendo superados pelos estudantes oriundos das escolas particulares, que passam a cursar, de graça, as universidades estatais — fato que, como destaca o presidente do Banco Central, configura uma gritante injustiça social.

Em termos concretos, afirma Eris, o ensino superior gratuito não passa de um “subsídio” assegurado pela atual Constituição para as famílias mais ricas. Essas famílias, que puderam dar a seus filhos um ensino básico pago, terminam apropriando-se de quase todas as vagas do ensino superior oficial. Quanto aos filhos das famílias mais pobres, eles são, muitas vezes, condenados a escolher uma faculdade particular para obter seu diploma universitário — e essas facul-

dades, além de cobrarem mensalidades muito caras, oferecem, quase sempre, um ensino de má qualidade. Um ensino tão ruim que, no mercado profissional, só têm vez os alunos que foram diplomados pelas universidades estatais, como a USP, a UnB, a Unicamp, a UFRJ e a Unesp.

Moral da história: essa situação impede a ascensão dos filhos das famílias mais pobres e reproduz a desigualdade social. Apesar de terem, do ponto de vista formal, os mesmos direitos que os filhos das famílias mais abastadas, na prática os filhos das famílias mais pobres quase sempre não conseguem ultrapassar o **status** de cidadãos de segunda classe — um problema que, segundo o presidente do Banco Central, somente será equacionado quando a Constituição for reformada, racionalizando os serviços essenciais, obrigando o Estado a concentrar seus investimentos no ensino básico e tornando pago, para os estudantes das famílias mais ricas, o ensino superior oficial.

O que Eris está acertadamente propondo é uma reforma capaz de promover uma verdadeira justiça social no campo da educação — um campo decisivo para que os segmentos menos favorecidos da população possam emancipar-se em termos sociais, culturais e profissionais. Sua tese é sensata e realista: se os universitários das famílias mais ricas pagarem por sua formação superior, como hoje ocorre em todos os países desenvolvidos, as universidades poderão autofinanciar-se e oferecer bolsas para os universitários pobres; e os recursos públicos poderão ser efetivamente aplicados no ensino básico, habilitando seus alunos para os vestibulares das melhores universidades brasileiras. Perdurando a situação atual, diz Eris, com razão, a “Constituição dos Miseráveis” não passa de um instrumento para que os pobres subsidiem os ricos.